

APRESENTAÇÃO

PRÁTICAS DOCENTES NA ESCOLA PÚBLICA E DIVERSIDADES

Marta Nörnberg¹
Márcia de Souza Hobold²
Eliana da Silva Felipe³

A pesquisa sobre as práticas docentes permite conhecer e analisar processos de ensino (práticas docentes) e de aprendizagem (processos de aprender dos/as estudantes) forjados em contextos de grande sociodiversidade: social e econômica, cultural, étnica e religiosa, de gênero e raça, diversidades por vezes marcadas pela negação de direitos e vividas em situação de violência e exclusão social. Posto que os e as docentes se deparam com esses contextos e agem sobre eles, as pesquisas contribuem para descrever e interpretar as práticas em seu fazer e em suas finalidades.

A proposição deste Dossiê partiu do entendimento de que pesquisas sobre práticas docentes na escola pública, produzidas em contextos em que as diversidades são constitutivas e constituintes dos processos educativos, ainda são pouco difundidas na área de Educação. Isto porque afirmamos que as pesquisas sobre práticas docentes são essenciais à compreensão da escola como lugar de relações e mediações que acontecem em territórios diversos: centros e periferias urbanas, assentamentos, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, em ambientes físicos e virtuais, entre outros, e nos quais o diverso e o plural ganham concretude.

A discussão sobre *diversidades* ganha cada vez mais amplitude em nosso sistema social e educativo dada as múltiplas dimensões que ainda precisam ser problematizadas e encaminhadas na direção de se garantir o direito à vida em sua plenitude. A noção de diversidade refere-se à construção de explicações científicas e culturais sobre os complexos modos de disposição dos

¹ Doutora em Educação (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq). Vice-líder do Grupo de Estudos sobre Aquisição da Linguagem Escrita (GEALE). E-mail: martanornberg0@gmail.com.

² Doutora em Educação pela PUC/SP. Professora Adjunta do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSC. Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa: Formação de Professores e Práticas de Ensino - FOPPE, da UFSC. E-mail: mhobold@gmail.com.

³ Doutora em Educação (UNICAMP). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Curso de Pedagogia (UFPA) e pesquisadora do grupo de pesquisa Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação de Professores (GEFOP). E-mail: efelipe@ufpa.br.

grupos humanos em seus territórios e no transcurso de sua historicidade. O conceito básico de diversidade foi constituído a partir da antropologia com a noção de diversidade cultural e a essa noção vem sendo articulados conceitos derivados como os de diversidade étnica, diversidade linguística, diversidade religiosa, diversidade social, diversidade de gênero, diversidade geracional, diversidade territorial, diversidade digital, entre outros.

A adoção da grafia *diversidades* demarca justamente a ampliação dos campos nos quais atuamos como humanos além de significar a variedade de marcadores e características do gênero humano em seu processo de constituição como ator social. Trata-se de um esforço não apenas teórico, mas também político de reconhecer e fortalecer a multiplicidade de origens, identidades e experiências que compõem a diversidade própria de um indivíduo, grupo, comunidade ou sociedade. O uso do plural realça a ideia de que não existe apenas um tipo de diversidade, mas sim uma variedade de formas de ser e estar no mundo.

Tendo como pressuposto estes aspectos, este Dossiê articula um conjunto de relatos de pesquisa e de experiências educativas que colocam em foco as diversidades que atualmente compõem e tensionam as práticas docentes. São produções que valorizam a riqueza e a dinamicidade própria das práticas docentes na medida em que situam e exploram contextos, territórios e saberes dos sujeitos implicados nestas práticas. São trabalhos que interrogam e interpretam criticamente diferentes situações educativas a partir da pluralidade teórica e metodológica. São estudos que demonstram o esforço de tematizar as diversidades que nos constituem como sociedade, escolas e indivíduos. São estudos que ainda revelam as ambiguidades, os limites e os desafios que cerceiam a produção de práticas docentes mais atentas aos territórios e aos sujeitos que neles habitam.

A título de orientação e convite à leitura, o conjunto de 14 trabalhos selecionados foi organizado em torno de quatro enfoques temáticos visando, desse modo, resguardar e destacar especificidades exploradas em torno das práticas docentes e diversidades, em especial, na escola básica, mas, também, na universidade pública.

O primeiro enfoque temático reúne dois trabalhos que versam sobre as práticas docentes na sua relação com um determinado território e o processo de construção da territorialidade, essa capacidade humana que temos de significar espaços e de criar sentidos de pertencimento e identidade.

O texto, *Inserção profissional, práticas iniciais docentes e territorialidades: algumas indagações*, de autoria de Magali Aparecida Silvestre e Jorge Luiz Barcellos, traz elementos de cunho teórico que justificam uma pesquisa em desenvolvimento que trata sobre como egressos/as dos cursos de Pedagogia, que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas, vivenciam a inserção na profissão em regiões de alta vulnerabilidade. Os autores problematizam até que ponto os/as professores/as iniciantes compreendem as relações entre a comunidade e a escola, assim como o currículo oficial e seus sujeitos e como isso se desdobra nos fundamentos e nas suas práticas docentes e como constituem sua identidade e impulsionam seu desenvolvimento profissional. Com essa proposta de discussão, os autores pretendem contribuir com o campo da formação docente, com os estudos sobre professor/a iniciante e com os processos educativos da escola pública, tendo como escopo a indagação sobre a pluralidade que se entrelaça com o viver em cidades ou no campo e seu respectivo impacto para quem se prepara para desenvolver práticas iniciais docentes.

Em *Marcas da mística nas práticas pedagógicas da Educação Superior: análise da Licenciatura em Educação do Campo e suas interpenetrações na Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados*, Sergio da Silva Pereira e Andréia Nunes Militão exploram a mística como ação pedagógica e política originária de manifestações ligadas à luta pela Reforma Agrária; uma prática político-pedagógica dos movimentos sociais, notadamente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O artigo mostra como a criação das modalidades Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, bem como das licenciaturas específicas e diferenciadas, foi incorporando à docência na Universidade um fazer pedagógico e político que teve em vista garantir a permanência na educação de sujeitos envolvidos com movimentos e entidades; mostram ainda como sua presença passou a incidir na formulação de ações pautadas no direito à educação e no respeito à identidade étnica. Entre as ações, destaca-se a pedagogia da alternância e a prática constante da Mística como ferramenta pedagógica específica dessa educação. No texto, a Mística é apresentada enquanto ação pedagógica e política que configura a prática docente na e da Licenciatura em Educação do Campo e da Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu” da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Com base em análise documental e iconográfica, os autores afirmam que a Mística dos sujeitos envolvidos nos

processos da Educação do Campo tem produzido práticas políticas, pedagógicas e artísticas que fortalecem os territórios, as lutas, a existência e a resistência na universidade e no campo, com o protagonismo de camponeses e indígenas em processos interculturais.

O segundo enfoque temático aborda a docência na universidade e na escola básica e sua relação com o racismo e os estudos de gênero. Os dois trabalhos situados nesse enfoque têm como característica decorrerem das próprias vivências e experiências de suas protagonistas. São relatos que revelam as mazelas e as alegrias das lutas por empoderamento e resistência para resguardar e instituir a presença e a fala de mulheres pretas na educação pública.

Práticas antirracistas na universidade: casos de ensino de uma professora negra no curso de Pedagogia, protagonizado por Juliana Silva Santana, escrito em parceria com Isabel Maria Sabino de Farias, mostra que, mesmo após vinte anos da aprovação da Lei nº 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana, ainda são assistemáticas as práticas de ensino em uma perspectiva antirracista. Revela que, em diversos casos, esse trabalho é realizado apenas por profissionais negros/as tanto na Educação Básica como no Ensino Superior. No texto são trazidas as práticas docentes antirracistas de uma professora negra no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Com base em suas escrevivências, Juliana revela, por meio da escrita como mulher negra, aspectos sobre si e seu cotidiano como docente do ensino superior. Suas escrevivências falam da experiência de orientação de monografias sobre a educação para as relações étnico-raciais e das vivências realizadas em grupo de estudos que visa tornar acessível a participação efetiva de estudantes negras/es. O texto demonstra o engajamento da docente com a temática étnico-racial, entendendo-a como fundamental e urgente do ponto de vista profissional, pedagógico, social, político e pessoal. Para produzir essas práticas, prioriza o estudo de obras de intelectuais negros/as e informações “outras” sobre os povos afro-brasileiros e africanos para estimular a produção de conhecimentos pedagógicos afro referenciados.

No texto, *Sejamos todos feministas: experiências de letramento de gênero da (auto)formação docente à prática pedagógica na escola pública*, a protagonista é Nice Stelter Passos, professora da rede estadual do Rio Grande do Sul, que escreve em parceria com Ana Paula Alba Wildt. Orientado por uma perspectiva (auto) etnográfica, o trabalho traz uma reflexão sobre práticas de letramento feminista. Para isso, narra sobre as transformações vividas

por meio da (auto)formação docente e a sua reverberação na produção e experimentação de práticas pedagógicas voltadas para o letramento de gênero na escola pública. O estudo evidencia a potência do letramento feminista como currículo tanto na formação de professores como na prática pedagógica. Afirma que a promoção da conscientização sobre a desigualdade de gênero como parte de uma formação socialmente responsável na escola pública é interdependente de movimentos de (auto)formação crítico-reflexiva do próprio professor como articulador de mudanças sociais.

O terceiro enfoque articula quatro trabalhos que exploram discussões sobre gênero e sexualidade e os territórios das redes sociais e dos jogos digitais tendo como fio subjacente a violência simbólica. São trabalhos que lançam um olhar aguçado sobre os desafios de incluir crianças e jovens em contextos e práticas educativas que resguardem sua segurança e integridade física e emocional, respeitando singularidades e tensionando valores familiares e comunitários.

Entre salas de aula, redes sociais e ruas: as práticas docentes desde e pela educação sexual integral na Argentina, escrito por Maria Elena Martinez e Viviana Isabel Seoane, explora os modelos dominantes que abordam a educação sexual no sistema escolar em uma perspectiva biológica e normalizadora baseada no binarismo sexo/gênero e de ordem moralizante. As autoras discutem práticas decorrentes em razão da aprovação da lei nacional de Educação Sexual Integral (ESI), em 2006, que introduziu uma inovadora abordagem de gênero e sexualidade, desde a educação infantil até a formação de professores, dando origem a propostas que questionam os saberes de referência do currículo escolar e as práticas docentes. Docentes e estudantes se organizaram em movimentos que, por meio de intervenções públicas e da divulgação de conteúdos e atividades na *web* e nas redes sociais, difundiram propostas de ensino referenciadas na ESI, abrindo espaços de visibilidade e denúncia de práticas sexistas e racistas, sobretudo articulando à participação ativa na esfera pública. À medida que se aprofundaram os laços entre organizações de mulheres, feministas e educadoras também surgem grupos de familiares que referenciam tais práticas como “ideologia de gênero” interpretando o trabalho dos professores como “doutrinação”.

O texto *A prática docente de professores de Educação Física homens no ensino da dança na escola e os seus enfrentamentos*, escrito por Igor Henrique da Costa e Marco Antonio

Torres, explora a abordagem pedagógica adotada por professores homens de Educação Física no ensino da dança na escola, analisando os desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem desse conteúdo. Os resultados da pesquisa indicam que nem todos os professores lecionam a dança em suas aulas. Entre os que ensinam a dança, diferentes abordagens pedagógicas foram identificadas, porém todas com um aspecto em comum: a predominância de estilos de dança como as danças folclóricas, o *hip-hop* e o *funk*, estilos que são percebidos como mais alinhados às normas tradicionais de masculinidade, evidenciando a influência de construções (cis)heteronormativas na escolha dos conteúdos. Tal aspecto ainda mostra que a participação masculina na dança, mesmo enquanto docente, está condicionada a estilos que não desafiam ou questionam a masculinidade e a heterossexualidade.

“São temas que a gente realmente não trabalha”: concepções de uma equipe diretiva sobre as relações de gênero foi escrito por Priscila Renata Martins, Janaina Andretta Dieder e André Luiz dos Santos Silva. O estudo analisa as concepções de uma equipe diretiva sobre as relações de gênero e seus efeitos no contexto de uma região com alto índice de denúncias de ameaças vividas por mulheres. Os resultados do estudo exploram o estranhamento da equipe diretiva em relação aos dados sobre violência na região, embora as professoras da equipe tenham relatado situações envolvendo membros da comunidade escolar. Aspectos como falta de estrutura familiar, práticas de drogadição e falta de religiosidade ainda são apontadas como causas da violência vivida pelas mulheres e, aparentemente, ainda são invisíveis e invisibilizadas no cotidiano escolar as questões de gênero. Assim, jogos, brincadeiras e práticas pedagógicas são descritas como isentas de qualquer influência que possa produzir ensinamentos sobre expectativas de gênero e seus efeitos na coerção das condutas dos sujeitos naquela escola. Em um contexto de ofensiva antigênero, a escola não reconhece as discussões de gênero e sexualidade como um campo de disputas, o que pode produzir investimentos pedagógicos que reiteram a heteronormatividade e as identidades normativas de gênero.

O maquinário da indústria cultural por trás dos jogos de aposta esportiva: considerações a partir de um Projeto de Educação Popular em Ciências, elaborado por João Paulo Cunha Parada e Francisco José Figueiredo Coelho, sistematiza uma experiência de extensão universitária decorrente de um projeto de pesquisa. Os autores abordam a preocupante situação dos jogos de aposta esportiva no Brasil que, cada vez mais, coopta jovens, adolescentes

e, até mesmo, crianças para este universo. As reflexões situam-se no campo dos estudos sobre a indústria cultural. No texto, é demonstrado como a publicidade utiliza estratégias visuais e emocionais para atrair consumidores, principalmente o público jovem, através de suas propagandas, promovendo uma ideologia de consumo das *bets* com uma falsa sensação de liberdade para o consumo. Ao relatar a experiência de uma oficina que analisou percepções e desenvolveu uma reflexão crítica sobre a Indústria Cultural e as propagandas de *bets*, foi possível constatar que a maioria dos alunos conhece os possíveis impactos das *bets*, como perdas financeiras e vícios, e que as propagandas incentivam o consumo através de diversos mecanismos, principalmente utilizando celebridades. Os jovens reconhecem como motivações para o consumo de jogos de apostas o pagar dívidas, o ganhar dinheiro, a diversão, a falta de emprego, entre outras, assim como as influências das propagandas que assistem. Com base na experiência relatada, os autores propõem a pedagogia da Redução de Danos como uma forma eficaz de sensibilizar sobre o consumo de jogos de aposta na medida em que promove um diálogo acolhedor e sem julgamentos.

O quarto e último enfoque temático reúne seis estudos que problematizam as diversidades de territórios e de sujeitos educativos, analisando práticas docentes desenvolvidas com crianças da educação infantil e do ensino fundamental. São estudos que lançam um olhar sobre diferentes aspectos: a identidade, a infância e a docência, os saberes curriculares e os saberes locais, os fluxos migratórios e o direito à escolarização.

A prática docente de uma professora de Educação Infantil de uma escola ribeirinha da Amazônia, de autoria de Luciana da Costa Oliveira e Sônia Regina dos Santos Teixeira, apresenta resultados de uma pesquisa realizada com uma professora de Educação Infantil ribeirinha da Amazônia. O estudo investigou como a docente organizava o meio social educativo da turma de modo a incorporar elementos da realidade social das crianças na sua prática docente. Os resultados apontam que a professora organizava o meio social educativo ouvindo as crianças e levando em consideração suas condições de existência social, experiências e saberes. Para isso, além de incluir elementos da realidade social das crianças ribeirinhas em sua prática docente, a professora organizava rodas de conversa e aulas passeio, momentos que favoreciam a participação ativa das crianças, das famílias e demais pessoas da comunidade na escola e a valorização dos saberes da vida ribeirinha.

“*Vamos brincar de índio? Não!*”: Reflexões e proposições sobre a cultura indígena na Educação Infantil foi escrito por Lucineia Maria Lazaretti, Lussuede Luciana de Sousa Ferro e Michelle de Assis Golim. O trabalho resulta do esforço do grupo de pesquisa de aliar práticas de pesquisa e ensino em busca de possibilidades enriquecedoras sobre a cultura dos povos indígenas que contribuam na superação de práticas estereotipadas e sem sentido para professores e crianças. As autoras registram aspectos dos estudos bibliográficos realizados para compilar uma proposta didática desenvolvida em quatro turmas de uma escola de Educação Infantil. A proposta didática envolveu a vivência de práticas da cultura dos povos originários comuns ao cotidiano infantil, como a forma de cuidado dos bebês, a alimentação e o grafismo. O trabalho reforça que a organização intencional de ações de ensino e de aprendizagem sistematizadas pelo professor são condições necessárias para garantir o direito de todas as crianças se apropriarem dos conhecimentos sobre a cultura indígena como patrimônio da humanidade.

O texto, *As práticas pedagógicas e a autonomia docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental*, elaborado por Susana Soares Tozetto e Jessica Aparecida Prestes, analisa como as práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental evidenciam a autonomia docente e os seus saberes. Com base em resultados de pesquisa empírica, as autoras afirmam que quando os professores estão em sua sala de aula, eles podem exercer uma autonomia maior, escolher métodos singulares e privilegiar uma prática condizente com seus alunos. Todavia, essa autonomia decresce quanto à padronização das avaliações em nível de rede municipal, no tocante às formações continuadas que não emergem do interesse docente nem do seu cotidiano escolar.

O trabalho *Escola, migração e inclusão: novas realidades, velhos desafios*, de autoria de Luciane Maria Schlindwein, Maria Luiza de Souza e Souza e Deborah Grajzer, tem como tema central a crescente migração internacional o que traz a necessidade de se compreender suas dinâmicas e impactos no acesso à educação e na matrícula escolar. As autoras mostram que, no caso do Brasil, a chegada de crianças haitianas, ucranianas, russas, colombianas, venezuelanas, entre outras nacionalidades, nos anos iniciais do Ensino Fundamental têm sido um elemento desafiador e de reflexão. Para contribuir com o debate, discutem a inclusão dos imigrantes abarcando os desafios da diversidade étnica das crianças a partir dos aportes teóricos

da psicologia histórico-cultural, especialmente nos estudos realizados por Vigotski.

Em *Ansiedade matemática e o desenho universal para aprendizagem na prática*, trabalho elaborado por Leandro Fideles Rocha e Rodiney Marcelo Braga dos Santos, são sistematizados resultados de uma pesquisa realizada com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental. Os autores chamam a atenção para o fato de que ainda há um grande número de estudantes que enfrentam dificuldades no aprendizado da Matemática, muitas delas geradas pelo fenômeno da ansiedade, fator que exerce influência significativa na relação que os estudantes estabelecem com a aprendizagem da Matemática. O estudo verificou os níveis de ansiedade observada entre alunos de uma escola pública, no alto sertão paraibano, em relação ao componente curricular Matemática, por meio de uma intervenção pedagógica estruturada nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Como resultados, notou-se uma redução geral nos níveis de ansiedade matemática das turmas analisadas, expondo as diretrizes metodológicas e avaliativas como um repertório promissor na construção de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes tendo em vista que favoreceram uma relação de aprendizado efetivo e emocionalmente saudável com a Matemática.

Educação ribeirinha amazônica e escolarização: abordagens sobre os saberes locais em práticas pedagógicas em uma escola na Ilha de Santana/AP foi escrito por Ediléa Moraes de Oliveira e Eliana do Socorro de Brito Paixão. O trabalho mostra como os saberes locais ribeirinhos amazônicos são abordados nas práticas pedagógicas de docentes que atuavam nos anos finais do Ensino Fundamental em uma escola estadual situada na Ilha de Santana, estado do Amapá, região caracterizada como área rural e ribeirinha e como tal reconhecida pelo Ministério da Educação. A pesquisa revelou que os docentes são conscientes da importância de integrar, em suas práticas pedagógicas, conteúdos associados à realidade de seus alunos, mas ainda esbarram em alguns desafios para atuar em sintonia com o contexto de escolas situadas em comunidades ribeirinhas como a Ilha de Santana.

Além dos artigos, integra este Dossiê a resenha elaborada por Nadja Magalhães da obra *Cotas Raciais*, de autoria de Lívia Vaz. A resenha apresenta um retrato sobre as principais ideias exploradas no livro. Entre elas, está a necessária reflexão crítica sobre o papel das ações afirmativas no Brasil contemporâneo, sobretudo por meio das cotas raciais. Traçando um panorama histórico, jurídico e político da implementação das cotas no país, a autora discute o

racismo institucional e demonstra porque ainda é preciso ampliar a política de cotas raciais para além do universo das instituições públicas.

Esperamos que a leitura dos textos que compõem o Dossiê Práticas Docentes na escola pública e Diversidades amplie as possibilidades de reflexão, fomentando novos debates e estudos no campo da pesquisa, da formação de professores e das práticas educativas. Por fim, agradecemos aos/às autores/as que gentilmente aderiram à chamada e enviaram as contribuições que colocamos à sua disposição e aos e às pareceristas que avaliaram, de forma minuciosa, todos os escritos.

Citações e referências
Conforme normas da:

